

REVISTA MARACANAN

Notas de Pesquisa

A revolta liberal de 1842 em um município do Vale do Paraíba Fluminense – Barra Mansa

The liberal revolt of 1842 in a city of the Paraíba River Valley, Province of Rio de Janeiro – Barra Mansa

André Rocha Carneiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
andrerochacarneiro780@gmail.com

Resumo: Neste trabalho, trataremos dos impactos da Revolta Liberal de 1842 na província do Rio de Janeiro, mais especificamente na região do Vale do Paraíba Fluminense e no município de Barra Mansa. Esse conflito ocorreu devido ao embate político entre os progressistas, que apoiavam a política liberal de Feijó de descentralização política, e os regressistas, que condenavam tal política. Com a renúncia de Feijó, em 1837, e a eleição de Araújo Lima, os regressistas passaram a revisar as medidas até então tomadas pelo governo central. Essa situação chegou a tal ponto de atrito, que uma verdadeira guerra civil se instalou no Brasil, em que se confrontaram os membros da classe dominante do país, a classe senhorial escravista do sudeste brasileiro, das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, pelo controle do governo imperial. Esse conflito teve reflexos na importante região do Vale do Paraíba Fluminense, local estratégico, pois era a região maior produtora de café do país, produto que já despontava como o principal de nossa pauta de exportações nesse período.

Palavras-chave: Revolta Liberal; Vale do Paraíba; Barra Mansa.

Abstract: In this work we will deal about the impacts of Liberal Revolt 1842 in the province of Rio de Janeiro, more specifically in the Paraíba Valley and in the city of Barra Mansa. This conflict was due to the political struggle between the progressives, who supported the liberal policy of political decentralization by Feijó, and the reactionaries, who condemned that policy. With the resignation of Feijó in 1837, and the Araújo Lima's election, the reactionaries began to review the measures so far taken by the central government. This situation has reached the point of friction that a real civil war began in Brazil, where they faced the members of the ruling class of the country, the slave master class in southeastern Brazil, the provinces of São Paulo, Minas Gerais and Rio de Janeiro, for control of the imperial government. This conflict was reflected in the important region of the Paraíba Valley, this strategic region because it was the largest producer of coffee in the country, a product that has already emerged as the principal of our list of exports in this period.

Key words: Liberal Revolt; Paraíba Valley; Barra Mansa.

Artigo recebido para publicação em: Agosto de 2015

Artigo aprovado para publicação em: Maio de 2016

Introdução

A década de 1840 foi um período muito conturbado para a história de Barra Mansa, a do Vale do Paraíba e também a do Brasil em geral, pois foi um momento decisivo para o futuro do Império. Desde 1831, o Brasil vinha sendo governado por regentes após a abdicação do trono brasileiro pelo imperador D. Pedro I. Segundo a Constituição Imperial de 1824, em seu título V, “Do Imperador”, capítulo V, “Da Regência na menoridade, ou impedimento do Imperador”, artigo 122, caso o imperador fosse menor de 18 anos, deveria o Império ser governado por uma Regência. Como o sucessor de Pedro I, seu filho Pedro de Alcântara, tinha apenas 5 anos de idade quando da renúncia do pai, o Brasil passou por um período em sua história chamado de Regência, em que foi governado primeiro por uma Regência Trina, como designava o título V, capítulo V, artigo 123 da Constituição vigente. Entretanto, a reforma constitucional que resultou no Ato Adicional de 1834, instituiu a Regência Una, em que passou a governar o padre Diogo Antônio Feijó. Político de Itu, em São Paulo, Feijó representava a grande corrente de políticos insatisfeitos com o governo de Pedro I, acusado de autoritário devido a seus frequentes embates contra a Assembleia Geral, desde o fato da dissolução da Assembleia Constituinte, pelos debates que envolviam os Tratados com a Inglaterra e a questão da proibição do tráfico de escravos, passando pelas críticas sofridas quanto à crueldade com que o imperador tratou seus opositores da Confederação do Equador e, ainda, pela dissolução do Ministério dos Brasileiros, em que teria proferido a famosa frase “tudo farei para o povo, nada, porém, pelo povo”, quando instado a reconstituí-lo pela pressão popular na Corte imperial. O período regencial representou, portanto, uma guinada para uma postura mais liberal de governo, onde os anseios federalistas estavam na ordem do dia.

Todavia, a Regência tornou-se um período governamental bastante conturbado, pois havia muita insatisfação das facções provinciais dominantes em relação à política centralizadora do Primeiro Reinado, onde se ressaltava a questão dos tributos cobrados pelo governo central. Essas facções, por vezes, recorreram a alianças com elementos da plebe, os chamados “exaltados”, também contrariados pelo governo devido à carestia de vida dessa classe. Assim, diversas foram as revoltas provinciais ocorridas nesse período. Foi durante o governo de Feijó que as relações entre os liberais moderados começaram a ficar estremecidas. As insurreições dos escravos, os distúrbios da plebe e as rebeliões que grassavam pelo império haviam colocado em cheque a forma como o Brasil vinha sendo até então governado.¹ Daí o advento da cisão entre aquele grupo político, que foi chamado de Reação ou Regresso. Os regressistas se formaram entre os liberais de então ao criticar a política do Regente Feijó, que chegara até mesmo a admitir perder o controle das províncias do Sul para os rebeldes farrapos. O Ato Adicional de 1834 que havia instituído certa descentralização administrativa, com a criação das Assembleias Provinciais, entre outras medidas de mesmo cunho, tornou-se

¹ MATTOS, I. R. de. *O Tempo Saquarema*. A Formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: ACCESS, 1994. p. 152.

a representação de uma política que havia fracassado e vinha colocando o Império em risco de desagregação.

Formaram-se, então, dois grupos políticos: os progressistas, que apoiavam a política liberal de Feijó, e os regressistas, que condenavam tal política. Com a renúncia de Feijó, em 1837, e a eleição de Araújo Lima, os regressistas passaram a revisar as medidas até então tomadas pelo governo central. Essa situação chegou a tal ponto de atrito que uma verdadeira guerra civil se instalou no Brasil, em que se confrontaram os membros da classe dominante do país, a classe senhorial escravista do sudeste brasileiro, que haviam liderado o processo de independência e conseguido manter a unidade do país. Envolvendo os grupos dominantes das províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro pelo controle do país, a Liberal de 1842 teve como ponto de discórdia a dissolução do Parlamento por D. Pedro II, devido às críticas relativas às chamadas “eleições do cacete”, vencidas pelos progressistas/liberais, e seus desdobramentos. Essas eleições foram organizadas pelos progressistas no poder desde a antecipação da maioria de D. Pedro II,² quando tomaram a frente do movimento pela antecipação e, em troca, foram conduzidos ao poder pelo imperador. Elas foram marcadas pela extrema violência utilizada pelo governo liberal para vencê-las. A volta dos liberais ao governo, no entanto, não durou muito tempo. O agravamento da Guerra dos Farrapos, no Sul, a pressão inglesa pela extinção do tráfico negreiro, a extrema violência com que foi conduzido o processo eleitoral, além das irregularidades e fraudes, provocaram a dissolução, pelo imperador D. Pedro II, da Câmara recém-eleita. Um novo ministério foi formado em março de 1841, contando com membros ligados ao Clube da Joana³ e aos regressistas/conservadores.

Com a dissolução do gabinete liberal, voltam ao poder os regressistas/conservadores, que continuam a política de revisão das conquistas liberais do período regencial. A resistência liberal às reformas conservadoras acabou levando, pois, ao conflito armado.

Vejamos agora como esses acontecimentos se deram e quais suas repercussões no Vale do Paraíba Fluminense e em Barra Mansa.

Barra Mansa e o Vale do Paraíba Fluminense durante a Revolta Liberal de 1842

Com a dissolução do gabinete liberal, voltam ao poder os regressistas/conservadores, que continuam a política de revisão das conquistas liberais do período regencial. Os conservadores passaram a ganhar o importante apoio dos cafeicultores fluminenses, que se tornavam o grupo social mais rico e importante do país, apoio este ligado à garantia da

² Devido às crises políticas que se sucediam, a antecipação da maioria do imperador era aventada como solução para se manter a paz e a unidade do país desde pelo menos 1835. Cf. os debates que se travaram a este respeito em HORNER, Eric. *Em defesa da Constituição*. A guerra entre rebeldes e governistas (1838-1844). Tese de Doutorado. USP, São Paulo, 2010, p. 75 e ss.

³ Grupo político palaciano, de tendência conservadora, que se reunia na casa do mordomo imperial Paulo Barbosa Silva – que tinha forte influência sobre o jovem imperador –, na Quinta da Boa Vista, perto do Rio Joana.

manutenção do contrabando escravo pelos regressistas.⁴ Esse núcleo político irá formar o grupo dos *saquaremas*, que tinha essa denominação devido ao fato de seus principais líderes se encontrarem no sítio do líder conservador José Rodrigues Torres, o visconde de Itaboraí, em Saquarema. A resistência liberal às reformas conservadoras acabou levando, pois, ao conflito armado. Grupos liberais paulistas e mineiros chegaram a pegar em armas contra o governo imperial sediado no Rio de Janeiro. Seu objetivo não era derrubar o imperador, mas apenas o gabinete conservador, autor das reformas que pretendiam novamente centralizar os principais instrumentos de governo no Brasil. O movimento rebelde liberal teve início na província de São Paulo, mais precisamente em Sorocaba, quando o sorocabano Rafael Tobias de Aguiar, liberal que tinha governado a província até ser destituído pelo gabinete conservador em 1841, foi aclamado presidente da província, com o apoio dos liberais sediados na Corte do Rio de Janeiro, entre eles o senador José Martiniano de Alencar, fundador da Sociedade dos Patriarcas Invisíveis, sociedade secreta que tinha por objetivo difundir a revolta pelo país. Em Minas Gerais, teve início em Barbacena, quando foi aclamado presidente da província José Feliciano da Cunha. Entretanto, o principal líder liberal era Teófilo Ottoni.

Os paulistas foram derrotados na batalha de Venda Grande, próximo a Campinas, em junho de 1842, e os mineiros, em Santa Luzia, em agosto, ambos pelo então barão de Caxias. A partir de então, os liberais passaram a ser chamados pelos conservadores de *luzias*, em referência jocosa à sua derrota naquela cidade.

Vejamos agora quais as repercussões dessa revolta no Vale do Paraíba Fluminense e em Barra Mansa, segundo o *Jornal do Comércio*.

A partir de junho de 1842, começaram a chegar informações ao *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, providas do interior da província a respeito da Revolta⁵ Liberal ocorrida neste ano. A primeira carta chegou provinda da Câmara da vila de Piraí, ao saber das revoltas em São Paulo, lamentando a “cegueira de um partido adverso à prosperidade do país”. Seus vereadores, encabeçados pelo seu presidente, José de Souza Breves Filho, prestaram lealdade ao imperador, estendendo-a para todos os habitantes do município.⁶ A Câmara de Vassouras também expressou sua indignação com a revolta dos sorocabanos, que teria levado para as ruas um debate que deveria apenas transcorrer pela tribuna ou pela imprensa. Nota-se o temor pelas “ruas” que perpassava pela nossa classe senhorial vale-paraibana. Tal preocupação tinha relevância, pois estava inscrita em um momento no qual grassava o medo em uma elite já preocupada com o haitianismo, ou seja, uma revolta dos escravos, como ocorrera na Bahia, em 1835, e em Vassouras, em 1838, além do temor de levantes das classes populares, como tinha ocorrido com algumas das revoltas do período regencial, e da possibilidade de fragmentação do país, que já tinha levado inclusive à antecipação da

⁴ PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. cap. 2.

⁵ Não utilizamos o termo “revolução” para este acontecimento histórico devido não se tratar, a nosso ver, de uma tentativa de mudança profunda nas esferas política, constitucional, social e econômica. Cf. PASQUINO, Gianfranco *et al.* *Dicionário de Política*. 2. v. 12. ed. Brasília: UnB, 1999.

⁶ Em carta escrita em 25/05. In: *Jornal do Comércio*, 11/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

maioridade do imperador. Os vereadores, tendo à frente também o presidente da Câmara, Francisco José Ferreira Leite, ofereceram auxílio ao imperador para sufocar a rebelião já em suas origens, antes que se espalhasse também pela província fluminense.⁷ Pela preocupação concernente ao contágio que a revolta poderia provocar na província fluminense, é possível notar a presença de grupos liberais nessa região da província que poderiam propagar a revolta iniciada em São Paulo.

De Valença, outra cidade que cedo se prontificou a apoiar o imperador contra os revoltosos, chegaram notícias de que duzentos praças dessa cidade e também de Vassouras teriam sido deslocados para intensificar as forças que guarneciam o presídio do Rio Preto na província mineira e informações sobre o deslocamento de praças também de Paraíba do Sul e Paty do Alferes para Paraibuna,⁸ também em Minas. Outra carta particular fora enviada de Rio Preto informando que lá permaneciam cem homens entre guardas nacionais e civis e que documentos dos rebeldes locais remetidos ao juiz de paz tinham sido rasgados pela Guarda Nacional e pelo povo.⁹ Rio Preto e Paraibuna eram considerados pelos vereadores vassourenses como locais estratégicos para conter a invasão rebelde na província e manter a comunicação com a província mineira livre, além de serem pontos de apoio para as tropas vindas da Corte. Vassouras pediu o auxílio da Guarda Nacional sediada em Valença, Paraíba do Sul e Piraí e enviou parte do armamento da infantaria para equipar a vila de Valença. As despesas seriam pagas por contribuições voluntárias dos cidadãos. Vassouras propugnou junto à Corte pela criação de um correio especial que a ligasse à própria Corte como também ao presídio do Rio Preto.¹⁰

Resende foi outra cidade do Vale do Paraíba Fluminense que muito se empenhou na repressão aos revoltosos paulistas. Quando a revolta estourou em São Paulo, liberais de Resende teriam feito manifestações públicas em apoio aos revoltosos paulistas e pregaram a sublevação também no município. Porém, o grupo conservador contribuiu com doações para manter um corpo de cavalaria da Guarda Nacional com cerca de quarenta homens armados e municiados.¹¹ Os liberais foram debelados.

O presidente da província do Rio de Janeiro, o conservador Honório Hermeto Carneiro Leão, futuro marquês do Paraná e um dos políticos mais importantes do Segundo Reinado, esteve plenamente engajado na campanha contra os revoltosos. Passou por diversas vilas da província a fim de mobilizar e organizar as forças legalistas. Em 16 de junho, avisou o Ministério do Império, que partiria para Resende para tomar providências a fim de restabelecer a ordem nos municípios da região e evitar a comunicação e o contágio dos rebeldes paulistas

⁷ Em carta escrita em 26/05. In: *Jornal do Comércio*, 11/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁸ Em carta escrita em 17/06. In: *Jornal do Comércio*, 20/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁹ Em carta escrita em 16/06. In: *Jornal do Comércio*, 20/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁰ Em carta escrita em 19/06. In: *Jornal do Comércio*, 21/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹¹ Em carta escrita em 17/06. In: *Jornal do Comércio*, 22/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

com a província fluminense. Como novamente aparece a preocupação com o contágio sobre a região sul fluminense, bem como o noticiamento da presença de liberais em Resende, conforme vimos acima, mais uma vez podemos afirmar que se comprovam os indícios da presença de liberais que poderiam estar suscetíveis à influência dos rebeldes.¹² O presidente Honório, com o apoio de Joaquim Ribeiro de Avellar, fazendeiro de Paty do Alferes, mobilizou a Guarda Nacional nesta localidade, organizando também uma subscrição para os custos.¹³ De Paraíba do Sul, um particular elogiou a participação do presidente da província do Rio de Janeiro, que teria colocado em movimento as forças legalistas que partiram da Corte, animando as tropas da região que estavam mal-armadas e desanimadas com a impossibilidade de deter o incêndio da ponte do rio Paraibuna, provocado pelos rebeldes, provavelmente comandados por Teófilo Ottoni.¹⁴ O presidente Honório esteve também em Valença, no dia 3 de julho. Em sua homenagem, a vila se iluminou à noite e, em frente à casa do visconde de Baependy, onde ficou hospedado, houve fogos de artifício e banda de música tocando o hino nacional.¹⁵ O presidente Honório ainda partiu para Rio Preto, a fim de fazer reconhecimento das forças locais, e depois se deslocou, com o mesmo objetivo, para as vilas de Barra Mansa, Resende e outras vilas da região.¹⁶

A preocupação com o contágio sobre a província fluminense não era vã. O maior líder dos liberais, no sul fluminense, parece ter sido o comendador Joaquim José de Souza Breves, que tinha terras em São João Príncipe, Barra Mansa e Piraí, além de contatos políticos em Bananal e Areias. Joaquim Breves havia sido vereador da segunda vereança de Barra Mansa, entre 1837 e 1841, e foi, possivelmente, o homem mais rico do Segundo Reinado, chamado de Rei do Café pelo imperador D. Pedro II. Notícias vindas de Piraí afirmavam que o comendador Joaquim Breves estava reunindo gente armada que estaria encastelada em sua fazenda; porém estava em minoria e os conservadores achavam que tinham condições de batê-lo mesmo em sua propriedade.¹⁷ Essa fazenda era descrita como uma fortaleza cercada por uma muralha de 40 palmos de altura, com apenas uma escada de pedras como entrada, fechada por um portão e, para nela se chegar, passava-se pelo rio Piraí que tinha uma espécie de ponte levadiça, fortemente guarnecida pela milícia particular do comendador.¹⁸

O chefe de polícia da província, Ignácio Manoel Alvarez de Azevedo, mandou o comandante da força policial, João Nepomuceno Castrioto, prender Breves no dia 11 de junho, mas Castrioto teve dúvidas em enfrentá-lo e, sem executar as ordens de Azevedo, preferiu partir para Resende com o fim de prosseguir para Areias. Entretanto, talvez Castrioto não tenha tentado prender Breves por se achar sem condições, pois possuía apenas 25 homens de cavalaria e não conseguiria fazer frente ao potentado de Breves. Castrioto, então, não quis

¹² *Jornal do Comércio*, 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹³ Em carta escrita. In: *Jornal do Comércio*, 11/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁴ Em carta escrita em 23/06. In: *Jornal do Comércio*, 11/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁵ Em carta escrita em 4/07. In: *Jornal do Comércio*, 8/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁶ Em carta escrita em 19/07. In: *Jornal do Comércio*, 23/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁷ *Jornal do Comércio*, 2/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

¹⁸ *Jornal do Comércio*, 7/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

arriscar, o que poderia levar a uma derrota que abalaria os ânimos dos legalistas, no que teria informado a respeito da situação a Azevedo.¹⁹ Breves aproveitou a situação e fugiu para Bananal, onde teria se refugiado na fazenda de Luciano José de Almeida Vallim que, ao que parece, era membro do Partido Liberal neste município. Azevedo também partiu para Areias com o fim de combater os rebeldes de Queluz, Silveiras, Cunha e região.²⁰ Esses municípios foram incorporados à província fluminense para que as forças provinciais, comandadas pelo presidente Honório, pudessem invadir a região sem problemas de competência de ordem constitucional.

Parece que as maiores tensões entre legalistas e rebeldes teriam ocorrido em Barra Mansa e São João Príncipe,²¹ como também em Bananal,²² região onde Joaquim Breves tinha terras e/ou ligações políticas. Todavia, uma carta de São João Príncipe recusou a pecha de anarquistas e rebeldes dada aos habitantes da vila e afirmou que esta jamais participara de revolta alguma e que havia mesmo contribuído para as forças legalistas com 57 praças e um capitão da Guarda Nacional, que foram deslocados para Resende.²³ Entretanto, como essa carta foi escrita bem depois do fim dos conflitos, ela também pode ser interpretada como uma tentativa de se retirarem as acusações sobre a vila para que seus habitantes não sofressem qualquer tipo de perseguição política por parte dos conservadores, agora, vitoriosos detentores do poder. Porém, mesmo ali, os líderes revoltosos já estariam dispersados, sem ligações de uns com os outros, provocando o desânimo dos rebeldes. Joaquim Breves parece que voltara e continuava a se encastelar em sua fazenda.²⁴

Joaquim Breves era um nome sempre lembrado e vigiado. Informações de Arrozal diziam que ele estava em circulação entre sua fazenda, Bananal e São João Príncipe, região de sua atuação política.²⁵ A Guarda Nacional, com mais de 300 homens, liderada pelo comandante da cavalaria, José Gomes de Souza, dera uma busca na fazenda de Joaquim Breves. Este teria sido avisado antes e fugiu para local desconhecido, deixando para trás esposa e família.²⁶ Posteriormente, Joaquim Breves se defendeu das acusações, afirmando que as calúnias levantadas contra ele partiam de um parente, seu inimigo político, e que nunca

¹⁹ Comunicado. In: *Jornal do Comércio*, 7/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²⁰ *Jornal do Comércio*, 2/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²¹ Em cartas escritas em 20 e 22/07. In: *Jornal do Comércio*, 30/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos. Entretanto Reynato Breves cita afirmação de Joaquim Breves de que uma rebelião ocorrida no dia 24 de junho, em São João Príncipe, fora notícia falsa. In: BREVES, R. *Sant'Anna do Pirai e a sua História*. Diadorim, Rio de Janeiro: 1994. p. 776 a 786.

²² No Relatório Político escrito por Joaquim Breves, em que se exime da participação na Revolta de 1842, o comendador deu informes de que uma mobilização armada teria ocorrido na vila de Bananal quando correu a notícia de que um batalhão provindo de Resende teria a ordem de prendê-lo: "[...] fui informado de huma escolta mandada de Resende viera dar uma busca na fazenda de Luciano D'Almeida, e que dizião ser busca para me prenderem. Hum tal insulto sem que fossem ouvidas as autoridades do Bananal; em caza de huma pessoa por todos os títulos respeitável, fez cauzar grande alvoroço no povo daquele município, que correrão todos armados para a Villa". In: BREVES, R. *Id.*, *ibid.*

²³ Carta de Um de São João Príncipe. In: *Jornal do Comércio*, 14/08/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²⁴ Em carta escrita. In: *Jornal do Comércio*, 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²⁵ Em carta escrita em 8/07. In: *Jornal do Comércio* de 12/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²⁶ Em carta escrita em 16/07. In: *Jornal do Comércio* de 19/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

havia participado do Círculo dos Patriarcas Invisíveis, sociedade política secreta liberal, organizada por José Martiniano de Alencar, que teria sido responsável pela organização do movimento rebelde, no Rio de Janeiro, para resistir ao avanço conservador, como também não teria participado de grupo sedicioso algum.²⁷

As movimentações das forças legalistas prosseguiram no Vale do Paraíba Fluminense. O juiz de paz de Rio Preto, José Furtado de Figueiredo, informou ao jornal que chegara um reforço de 120 guardas nacionais, entre cavalaria e infantaria, vindos de Valença, comandados pelo coronel Nicolau Antônio Nogueira da Gama, comandante da Guarda na região.²⁸ Em julho, 189 praças da cavalaria e infantaria da Guarda Nacional, comandados pelo tenente-coronel Francisco José Soares, partiram do Iguassú (atual Nova Iguaçu) e foram se reunir às forças de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul com o fim de combater os rebeldes mineiros. A campanha foi feita com o custo de mais de quatro contos de réis pagos por subscrição de oficiais da Guarda e de cidadãos dos municípios envolvidos.²⁹ De Arrozal, saíram notícias de que 200 homens haviam acabado de chegar à localidade para a manutenção da ordem.³⁰

O tenente-coronel da Guarda Nacional de Resende, Fabiano Pereira Barreto, em carta, informou ao ministro da Justiça, Paulino Soares de Souza, futuro visconde do Uruguai, também importante político do Império, que, juntamente com Castrioto, havia atacado Areias e Queluz.³¹ Em Areias, no dia 13 de julho, foi preso o rebelde Francisco Alves de Castro Raso e o guarda-livros de Joaquim Breves, juntamente com outros revoltosos.³² As vitórias em Areias e Sorocaba foram comemoradas em Resende e Vassouras, respectivamente.³³ Nova subscrição ocorrera, agora em Valença, para fornecimento de víveres às forças legalistas contra a rebelião em Minas Gerais;³⁴ outra, em Vassouras.³⁵

O irmão de Joaquim Breves, José Joaquim de Souza Breves, por sua vez, apoiava o imperador e as tropas legalistas³⁶ e organizava subscrições com outro parente, o tenente-coronel Raimundo de Souza Breves.³⁷

De Paty do Alferes, informou-se que em Paraíba do Sul, em 21 de junho, fora organizado um grupo armado pelos oficiais da Guarda Nacional, convocado por Joaquim

²⁷ BREVES, R. *Op. cit.*, p. 776 a 786.

²⁸ Em carta escrita em 19/06. In: *Jornal do Comércio* de 11/06/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

²⁹ *Jornal do Comércio* de 10/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³⁰ Em carta escrita em 10/07. In: *Jornal do Comércio* de 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³¹ Em carta escrita em 28/06. In: *Jornal do Comércio* de 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³² *Jornal do Comércio* de 18/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³³ Em cartas escritas em 30/07 e 27/06. In: *Jornal do Comércio* de 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³⁴ *Jornal do Comércio* de 4/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³⁵ *Jornal do Comércio* de 9/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³⁶ Em carta escrita em 8/07. In: *Jornal do Comércio* de 12/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

³⁷ *Jornal do Comércio* de 12/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

Ribeiro de Avellar, sob a alegação de necessidade de vigilância do local;³⁸ assim, mais de 100 praças da infantaria seguiram para Resende.³⁹

Ainda de Resende, chegou carta felicitando os cidadãos da vila e a Guarda Nacional de Resende e de Piraí, responsáveis pela contenção dos rebeldes liberais de Barra Mansa e de São João Príncipe. Joaquim Breves continuava desaparecido.⁴⁰ Outra carta, também de Resende, fazendo uma recapitulação dos fatos na vila, informou que, logo que chegaram notícias da rebelião em Sorocaba, Queluz e Silveiras, o delegado José Pereira de Araújo e o tenente-coronel da Guarda Nacional, Fabiano Pereira Barreto, entre outros, organizaram uma subscrição e um destacamento de 50 homens para a defesa da vila e contenção da disseminação rebelde na província. O comandante Castrioto teria chegado com alguma força policial e passou a ajudar na organização da Guarda Nacional. Azevedo, chefe da polícia da província, também compareceu e logo mandou prender as pessoas que propalavam as ideias rebeldes na vila. Para Areias, em São Paulo, partiu Castrioto, no dia 1º de julho, com 120 homens entre permanentes da Corte, 30 soldados do corpo policial da província e 40 guardas nacionais de cavalaria de Resende.⁴¹ No dia 25 de junho, teria ocorrido um levante rebelde em Barra Mansa e Bananal. Fabiano Barreto distribuiu armas aos cidadãos voluntários e também aos estrangeiros e proibiu a saída de habitantes, para que não houvesse pânico e abandono da vila. Castrioto e Barreto estavam à frente de mais de 300 homens. Rumaram estes para Areias e depois para Queluz, obtendo sucesso em suas campanhas militares, que foram comemoradas depois, na volta a Resende, com um grande jantar e vivas à monarquia.⁴²

Como visto acima, na província fluminense, a revolta também ecoou. Os grupos liberais do Vale do Paraíba Fluminense ensaiaram um apoio aos revoltosos do vale paulista e do Sul de Minas. Como já foi dito, a liderança dos moderados coube ao comendador Joaquim Breves. Este teria forçado o governo-geral a se unir ao governo de Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da província, a fim de adotar medidas repressoras especiais devido à força política do comendador na região. Segundo o professor Pedro Calmon,⁴³ Honório Hermeto, futuro marquês do Paraná, aquartelou-se em Paraíba do Sul, de onde teria liderado pessoalmente o combate aos rebeldes, provavelmente para estar mais próximo do foco da rebelião. Parentes do comendador, que moravam no município de Piraí, ali tramaram, mediante o pagamento de 10 contos de réis, o assassinato do major Pedro Paulo, comandante das forças conservadoras de vanguarda, que já haviam atingido Areias, em São Paulo, mas o plano fracassou. Caso vencesse a revolta, o comendador Joaquim José de Sousa Breves seria indicado para presidir a província do Rio de Janeiro. O comendador teria desistido da revolta ao saber que os rebeldes

³⁸ *Id.*

³⁹ Em carta escrita em 16/07. In: *Jornal do Comércio* de 19/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁴⁰ Em carta escrita em 20/07. In: *Jornal do Comércio* de 30/07/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁴¹ *Jornal do Comércio* de 2/07/1842 e de 8/08/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁴² Em carta escrita em 22/07. In: *Jornal do Comércio* de 1º/08/1842. Biblioteca Nacional, seção de periódicos.

⁴³ CALMON, P. *História do Brasil – Séculos XVIII e XIX: riquezas e vicissitudes, o império e a ordem liberal*, v. 4. Rio de Janeiro: José Olympio, 1961.

assassinariam os fazendeiros que dessem apoio aos legalistas, já que tinha parentes que apoiavam o governo conservador, como também fomentariam levantes de escravos, o que era uma empreitada arriscada para quem tinha muitos escravos como era o caso dele próprio.⁴⁴ Além disso, ainda havia o temor do haitianismo entre os escravocratas da região.

Contudo, essa região já vinha reconhecendo o avanço conservador quando muitos cafeicultores, preocupados com a questão escravagista, com o temor do haitianismo e das revoltas da plebe pelo país, e buscando a proximidade com o governo central para conseguir benefícios, se juntaram às propostas regressistas. Conservadores como o marquês de Valença e o barão do Paty do Alferes, entre outros, prestaram auxílio às forças do governo para a repressão ao movimento rebelde. O visconde de Ipiabas destacou-se nesse combate, chegando a receber a Ordem da Rosa.

Terminada a revolta com a vitória dos conservadores, estes comporiam com os liberais, anistiados em 1844, e dariam a direção à política (dominaram a maior parte dos gabinetes ministeriais e das Câmaras dos Deputados) e à formação do Estado Imperial brasileiro durante o Segundo Reinado. Pode-se pensar que para os liberais a nova ordem dos conservadores não era de todo ruim, uma vez que também acreditavam na desigualdade e na hierarquia entre a classe senhorial e as demais classes. Tinham o mesmo sentimento aristocrático e se viam como civilizados ante os bárbaros do sertão. Ambos viam o escravo como um “inimigo inconciliável” e temiam, como já visto, o haitianismo e as desordens da plebe, classe que viam com menosprezo. Moderados como Evaristo da Veiga seguiam os ensinamentos do conservador Edmund Burke, que era contra revoluções e pregava a moderação contra os excessos revolucionários.

Deve-se lembrar que o Ato Adicional realizara a mesma tarefa do regresso conservador, ou seja, o esvaziamento dos cargos eletivos em detrimento dos cargos nomeados pelas Assembleias Provinciais. Seguindo esse ponto de vista, a crise política instaurada durante os conflitos entre o regente Feijó e a Câmara dos Deputados (esta liderada por Honório Hermeto Carneiro Leão e Bernardo Pereira de Vasconcelos, a qual proporcionou a virada regressista com o advento da regência de Araújo Lima) apenas revelou a face conservadora dos moderados, que passaram a continuar uma política do primado da ordem e das leis, agora por novos meios. Talvez assim possamos entender o velho ditado popular do Segundo Reinado: “nada tão parecido com um saquarema, como um luzia no poder”.

⁴⁴ Em seu Relatório Político, Breves afirma que, em meados do mês de maio de 1842, ocorrera princípio de rebelião escrava em sua fazenda de São Joaquim: “Progredindo a estar na minha fazenda de São Joaquim, ocorre que em meado do mês de maio, manifestarão-se indícios assaz veementes que fazião acreditar toda a probabilidade de um plano de insurreição na escravatura, por cuja razão castiguei asperamente a muitos dos meus escravos, e fiz chamar os dois inspectores de quarteirões mais vizinhos, aos quais manifestei o que havia, e lhes disse que o comunicassem tudo a sub-delegado; e em seguida isto, preveniu-me fazendo chamar a minha casa alguns vizinhos, a cada hum dos quaes entreguei huma arma dessas poucas que tinha (como todos os fazendeiros tem) e me retirei para a Villa de Bananal e fui ficar na fazenda de Luciano José de Almeida, por ali ter chegado incommodado de saude”. In: BREVES, R. *A Saga dos Breves*, EVSA, Valença, S/D, p. 776 a 786.

O envolvimento de Barra Mansa no conflito

Há um documento de 1842⁴⁵ que pode ser um indício de que seria possível que Barra Mansa tivesse, neste ano, um grupo até então dominante, ou pelo menos de razoável expressão política, que pertenceria ao grupo político liberal e que pode ter liderado as manifestações liberais como foi noticiado pelo *Jornal do Comércio*. Esse documento informa sobre um incidente ocorrido por conta das eleições para a Assembleia Geral do Império, que ocorreu no dia 18 de setembro do referido ano.

A Constituição Imperial de 1824 determinava o voto indireto, obrigatório e censitário no Brasil. Os votantes, com rendimentos não inferiores a 100 mil réis por ano, elegiam os oficiais da câmara, o juiz de paz e os eleitores de província (um eleitor para cada 100 domicílios), ou seja, aqueles que elegeriam os deputados-gerais e senadores (a partir de 1834 passaram a eleger também os deputados provinciais). Esses eleitores deveriam ter rendimentos mínimos de 200 mil réis/ano, os deputados, de 400 mil réis/ano e os senadores (sendo indicado um pelo imperador em uma lista tríplice entre os mais votados), de 800 mil réis/ano. Podiam votar apenas os homens, com a renda acima citada, maiores de 25 anos (que não vivessem com os pais), os oficiais militares com mais de 21 anos, os bacharéis e padres (sem vivência claustral) de qualquer idade. Os mandatos dos vereadores e de juizes de paz eram de dois anos. O mandato de deputado, de quatro anos, mas se a Assembleia fosse dissolvida pelo imperador, novas eleições deveriam ser marcadas; o de senador era vitalício.

O alistamento era feito pela mesa eleitoral indicada pelo padre e aclamada pela população presente. Era importante fazer a mesa, pois isto facilitava a fraude nas eleições. Ganhava a mesa quem conseguisse colocar mais pessoas de seu grupo partidário para gritar e assim escolher os participantes por aclamação. Às vezes, a violência entre os grupos era tão grande que as imagens dos santos eram retiradas da igreja para não servirem de arma no combate.⁴⁶ A mesa então era composta e presidida pelo juiz local. Não havia título de eleitor. As eleições também eram realizadas dentro das igrejas, precedidas obrigatoriamente de missa para dar um clima sagrado ao evento (circunstância somente eliminada em 1881). Como os votantes eram os mais pobres, começou-se a formar a prática clientelística que muito marcou a história eleitoral no Brasil, pois os fazendeiros controlavam seus votos através de favores. Apesar de não haver candidatura, sabia-se por certo em quem se deveria votar. O voto era um ato de obediência e lealdade, e não de escolha livre. Não havia partidos expressos à época, apenas grupos com interesses comuns. Eram eleitos os mais votados até o preenchimento das vagas. Os votantes traziam de casa um papel com os nomes e as profissões dos seus candidatos a eleitores e deviam assinar em baixo para evitar fraudes, sendo que, se fossem analfabetos, o juiz assinava por eles. Dessa forma, o voto não era secreto, o que facilitava a

⁴⁵ Ofício sobre as eleições de 1842 enviado de Barra Mansa em setembro do mesmo ano para o Ministro de Estado dos Negócios do Império. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.

⁴⁶ CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ação dos grandes fazendeiros interessados nos resultados das eleições. A derrota nas eleições significaria desprestígio e perda do controle dos cargos públicos; por isso, as lideranças locais faziam uso de “capangas” (votar era perigoso, muitos nem compareciam). As Eleições do Cacete, ocorridas em 1840 e manipuladas pelos liberais, já tinham sido um exemplo da violência nas eleições. Também faziam uso do “cabalista”, que devia recolher o maior número de votantes para votar no seu candidato a eleitor, e do “fósforo”. Este se fingia de votante no lugar de quem não comparecia. Tinha de convencer a mesa de que era o outro. Às vezes tinha de disputar com outro fósforo que estava ali para votar no candidato dele. Quanto mais convincente, maior era seu salário. Seu maior feito era conseguir convencer a mesa, disputando com o votante legítimo. Os votantes também aprendiam, quando possível, a valorizar e vender o seu voto.⁴⁷

Os eleitores secundários, por sua vez, deviam votar em quantos deputados e senadores seriam eleitos. Apenas os grandes nomes da política provincial conseguiam se eleger, e não havia espaço para as minorias. Como os grandes políticos cerravam fileiras ao Partido Conservador, criado a partir de 1840, juntamente com o Partido Liberal, sendo aquele majoritário, ficavam os liberais em minoria no governo.⁴⁸

Segundo o autor do documento enviado de Barra Mansa e mencionado acima, o pároco Francisco João Crisóstomo Barreto, às vésperas do dia das eleições (18 de setembro de 1842), corriam boatos aterradores propagados pela facção oposicionista ao governo, boatos estes espalhados pelos quarteirões da vila e, portanto, bem conhecidos de todos. Foram disseminados com o objetivo de amedrontar os “Povos” (aqueles que tinham qualidade para participar das eleições) para que não fossem votar, já que as promessas e os meios pecuniários utilizados para “iludir a boa fé” dos votantes e eleitores a fim de que votassem naquelas pessoas escolhidas pela tal facção oposicionista não resultara conforme o previsto. O pároco afirmava que a facção não conseguira seu intento devido à falta de conceito dessas pessoas, entre a população do município, e que dar o voto a tais homens era votar “contra o governo de Sua Majestade o Imperador”, como os habitantes estariam comentando pela vila. Segundo Barreto, os facciosos do Juiz de Paz estavam acostumados em ter o mando em suas mãos e dele abusarem e, por este motivo, não tinham as simpatias do município.

Barreto, então, descreve o incidente em que teria esperado, até o meio-dia, o juiz de paz da vila, Manoel Antônio da Silva Reis, para participar da missa que deveria ocorrer antes da votação, conforme mandava a lei eleitoral. O juiz de paz não se apresentou e então teve início a missa. Após a missa, já havia grande número de pessoas presentes tanto na igreja matriz como nas imediações dela, esperando o início dos trabalhos eleitorais. Dos 728 votantes que constavam da lista eleitoral, tinham comparecido 537, havendo, portanto, uma maioria que daria legitimidade para a eleição dos eleitores. O pároco teve de oficiar a Manoel Reis para dar início aos trabalhos, mas somente obteve resposta às 15 horas e 15 minutos, apesar de se

⁴⁷ *Id.*, *ibid.*

⁴⁸ CARVALHO, J. M. *Op. cit.* e CANEDO, L.B. Aprendendo a votar. In: PINSKY, J. (Org.). *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2003.

localizar a apenas 30 passos da igreja. Manoel não respondeu ao ofício, o que foi feito por Celso Eugênio dos Reis, que tinha agora tomado a vara eleitoral.

Na verdade, houvera mudanças sucessivas na vara eleitoral do Juiz de Paz desde o final do mês de agosto; não se sabe se foi com a intenção de malograr as eleições marcadas para o mês seguinte, pois Celso dos Reis passara a vara para Pedro Dias do Prado, este passara para Antônio Marcondes do Amaral, que, por sua vez, passara para Manoel Reis, que tomou a vara em 30 de agosto. Entretanto, logo no dia 2 de setembro, Manoel deixara a vara para Antônio do Amaral que, devido à recusa deste, voltara para as mãos daquele, no dia 16, por isso o ofício do pároco fora destinado a Manoel.

Celso dos Reis, então, afirmou, em resposta ao ofício do pároco, que não poderia proceder às eleições devido às ameaças que pairavam sobre os votantes e, por esse motivo, adiaria o pleito. O pároco asseverou, no ofício ao ministro de Estado, que a intenção do juiz de paz e sua facção era ganhar tempo, já que sabiam que não conseguiriam vencer as eleições. Barreto afirmara, ainda, que o povo estava em harmonia e ordem e que o motivo alegado pela tal facção “oposicionista” era falso. Para resolver o impasse, foi chamado o juiz de paz suplente, Victoriano Martins Pinheiro que juntamente com o pároco e o escrivão deram início às eleições. Continuou Barreto a dizer que um princípio de tumulto começou a ocorrer. Aglomerou-se um grupo de pessoas na casa de Antônio Marcondes do Amaral em protesto contra a legalidade das eleições, conseguindo reunir algumas assinaturas que, em grande parte, segundo o pároco, eram de pessoas que haviam sido enganadas por eles, posto que diziam tratar-se de lista eleitoral, e também que algumas daquelas assinaturas seriam de pessoas que estavam ausentes da vila. Assinaram o ofício, juntamente com o pároco e o juiz de paz suplente, os secretários Joaquim Antônio Pereira da Cunha e Tertuliano Correa Alves Quintanilha e os escrivães Lucas Antônio Monteiro de Barros e Bernardo José Ferraz.⁴⁹

Esse incidente nos revela a existência de dois grupos políticos antagônicos no município de Barra Mansa. As acusações do padre Barreto nos indicam um grupo oposicionista ao imperador que, pelos acontecimentos da época, parece constituir o grupo pertencente aos liberais, já que estes tinham promovido uma revolta considerada contrária ao monarca e estavam sem prestígio devido ao malogro dessa revolta, bem como a extrema violência com que costumavam conduzir o processo eleitoral, além das irregularidades e fraudes, o que pode nos remeter às Eleições do Cacete de 1840 referidas anteriormente. Não se pode esquecer que Joaquim Breves e seu pai, José Breves, estiveram presentes na política do município desde sua formação, podendo aquele liberal ter tido forte influência política em Barra Mansa. Também vimos que um dos fundadores da cidade, Custódio Ferreira Leite, era liberal, sendo um dos fundadores também, em Valença, da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, criada pelos liberais moderados para defender seu partido nas diversas províncias do país após a renúncia de Pedro I. Também é um indício importante o fato de que a família

⁴⁹ Ofício sobre as eleições de 1842 enviado de Barra Mansa em setembro do mesmo ano para o Ministro de Estado dos Negócios do Império. Biblioteca Nacional, seção de manuscritos.

Marcondes do Amaral tinha origem na província de São Paulo e poderia ter tido ligações com os grupos liberais paulistas.

A Revolta Liberal de 1842 foi um importante marco político e determinou, juntamente com a revolta liberal da Praieira, em Pernambuco, em 1848, os rumos da política durante o Segundo Reinado. Os líderes liberais de 1842 foram anistiados pelo imperador em 1844 e, para que não houvesse um novo conflito entre a classe senhorial que pudesse colocar em perigo novamente o país, o marquês do Paraná colocou em prática seu plano da Política de Conciliação, em 1853, quando o governo deveria ser composto por conservadores e liberais. Entretanto, a liderança política era dada pelos conservadores. Essa política esteve forte durante a década de 1850, perdendo força nas décadas posteriores, mas servindo de orientação política ideal durante o Segundo Reinado.

Em Barra Mansa, após esse episódio e durante as décadas seguintes até a abolição da escravidão, o Partido Conservador estabeleceu definitivamente sua hegemonia sobre o município por meio de seus membros mais importantes, o comendador Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, sobrinho-neto do barão de Aiuruoca, considerado, em Barra Mansa, o maior administrador do município durante o século XIX – que figura, por homenagem, como o nome da principal avenida da cidade –, e o conselheiro Domingos Andrade Figueira, um dos principais porta-vozes dos conservadores do Vale do Paraíba Fluminense, escolhido por Ricardo Salles⁵⁰ como exemplo entre os cafeicultores fluminenses de voz discordante da política de restrição do trabalho escravo do Partido da Coroa.

Conclusão

A Revolta Liberal de 1842 foi o resultado da disputa de poder entre progressistas/liberais e regressistas/conservadores pelo controle político do governo do Império durante o Segundo Reinado. A classe senhorial da região Sudeste que emergia ao controle do nascente Estado brasileiro entrou em conflito em uma acomodação de forças com vistas a controlar o governo do país. A fração de classe vencedora dessa disputa foi a dos conservadores da província fluminense frente aos liberais paulistas e mineiros que, com base na posse do poder econômico da produção do café do Vale do Paraíba, garantiu a manutenção do governo sob o controle dos saquaremas.

André Rocha Carneiro: Licenciado em História pela UFF, em 1992. Especialista em Geografia – Sociedade, Natureza e a Questão do Poder pelo UGB, em 1995, e em História do Brasil pela UFF, em 2010. Mestre em História Política pela UERJ, em 2013 e, atualmente, doutorando em História Política pela mesma universidade.

⁵⁰ SALLES, R. *E o vale era o escravo*. Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. cap. 3.